

O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CORREIA, Samara Juliana da Costa ¹
COSTA, Claudia Borges da ²
COSTA, Joice Emanuele da ³
MACEDO, Patrícia da Silva Campos ⁴
MIGUEL, Eliana Alves ⁵
SILVA, Fernanda Cristina da ⁶

RESUMO: A história da educação infantil é relativamente recente no país, por volta do século XIX os primeiros projetos de atendimento a criança menor de sete anos de idade em creches e pré-escolas nasceu mais significativa e aceleradamente. Assim este artigo vem discutir a importância do brincar na educação infantil embasado em autores como Friedmann (2012), Sommerhalder (2011), Kishimoto (1997), Kramer (1995), Oliveira (2000), dentre outros que nos ajudarão a refletir e compreender um pouco mais sobre educação infantil, as crianças e o brincar. A ocupação preferida e mais imensa da criança é o brincar, pois de acordo com os teóricos pesquisados temos várias razões para estimular o brincar, é extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. Para que a prática da brincadeira se torne uma realidade na escola, é preciso mudar a visão dos estabelecimentos a respeito dessa ação e a maneira como entendem o currículo.

Palavras-chave: Educação Infantil, brincar, brincadeiras e jogos.

1-INTRODUÇÃO

¹ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Luiz Inácio do Nascimento, cursando Licenciatura Plena em Pedagogia pela FACINTER. samarasic@hotmail.com

² Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. cursando Especialização em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís. claudianhn@hotmail.com

³ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Luiz Inácio do Nascimento, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Especialista em Educação Infantil Faculdade de Educação São Luís. joicemanuele@gmail.com

⁴ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Luiz Inácio do Nascimento, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís. patyunematjuara@hotmail.com

⁵ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Especialista em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá. eliana.amiguel@gmail.com

⁶ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, cursando Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. fer7cris@gmail.com

O presente artigo mostra uma breve discussão sobre a importância do brincar na educação infantil, o ato de brincar se destaca com fundamental importância no processo de aprendizagem da criança enquanto ser humano, ser de direito que historicamente tem ocupado seu lugar no mundo social e cultural.

O objetivo dessa pesquisa foi de pesquisar por que o brincar é importante para o desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil. E embasados em autores como Friedmann (2012), Sommerhalder (2011), Kishimoto (1997), Kramer (1995), Oliveira (2000), dentre outros que se fizeram necessários para o aprofundamento deste assunto.

Assim iniciaremos com um breve histórico da educação infantil, para entendermos o contexto atual é necessário voltar o olhar ao passado. Em seguida falaremos da criança e as práticas do brincar, uma vez que o brincar faz parte da infância, da criança e do seu desenvolvimento intelectual.

O tópico seguinte refere-se sobre o brincar e a escola, e depois sobre o papel do professor como mediador, pois diante do contexto histórico atual percebemos que uma grande parte da vida da criança ela passa nas instituições escolares de educação infantil, diante da necessidade social dos pais de trabalharem. Nesse sentido a presente pesquisa de base teórica vem fortalecer o brincar na educação infantil para que não deixemos perder essa prática diante das novas tecnologias.

2-BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da educação infantil é relativamente recente no país, por volta do século XIX os primeiros projetos de atendimento a criança menor de sete anos de idade em creches e pré-escolas nasceu mais significativa e aceleradamente. Esse crescimento é motivado pelo aumento da demanda por instituições de educação infantil decorrente da inserção, cada vez maior, da mulher no mercado de trabalho.

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação

creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

As tendências que acompanharam a implantação de creches e jardins de infância, no final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX no Brasil, foram: a jurídico-policial, que defendia a infância moralmente abandonada, a médico-higienista e a religiosa, ambas tinham a intenção de combater o alto índice de mortalidade infantil tanto no interior da família como nas instituições de atendimento à infância. Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN Jr., 1998, p. 88).

Segundo Paschoal (2009) ao longo das décadas, as poucas conquistas não se fizeram sem conflitos. Com o avanço da industrialização e o aumento das mulheres da classe média no mercado de trabalho, aumentou a demanda pelo serviço das instituições de atendimento à infância. Para Haddad (1993), os movimentos feministas que partiram dos Estados Unidos tiveram papel especial na revisão do significado das instituições de atendimento à criança, porque as feministas mudaram seu enfoque, defendendo a ideia de que tanto as creches como as pré- escolas 3 deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica. O resultado desse movimento culminou no aumento do número de instituições mantidas e geridas pelo poder público.

Kramer (1995, p. 24), ao discutir esse assunto, ressalta que o discurso do poder público, em defesa do atendimento das crianças das classes menos favorecidas, parte de determinada concepção de infância, já que o mesmo reconhece esse período da vida da criança de maneira padronizada e homogênea. A ideia é a de que as crianças oriundas das classes sociais dominadas são consideradas “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas inculcados”. Por esse motivo e a fim de superar as deficiências de saúde e nutrição, assim como as deficiências escolares, são oferecidas diferentes propostas no sentido de compensar tais carências.

Enquanto as instituições públicas atendiam às crianças das camadas mais populares, as propostas das particulares, de cunho pedagógico, funcionavam em meio turno, dando ênfase à socialização e à preparação para o ensino regular. Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER, 1995).

Conforme Paschoal (2009) até meados do final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação que garantisse a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

Para Craidy (2001) a LDB e outras leis recentes a respeito da infância, são consequências da Constituição Federal de 1988 que definiu uma nova doutrina em relação à criança que é a doutrina da criança como sujeito de direitos.

Desta forma a Constituição do país reconheceu a criança como um cidadão de direitos que está em desenvolvimento, assim as creches e pré-escolas é direito das crianças. Craidy (2001) ainda nos esclarece que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), explicitou melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. Determinou ainda a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos tutelares. Os primeiros devem traçar as diretrizes políticas e os segundos devem zelar pelo respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes, entre os quais o direito a educação, que para as crianças pequenas incluirá o direito a creche e pré-escolas.

De acordo com os princípios legais, éticos, políticos e estéticos, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológico, cognitivo, emocional, religioso e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB nº 9.394/96, art.29).

No art. 22 a LDB considera que a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Essa dimensão da instituição voltada à introdução das crianças na cultura e apropriação por elas de conhecimentos básicos requer tanto seu acolhimento quanto sua adequada interpretação em relação às crianças pequenas.

Como vimos as creches e pré-escolas já tiveram um caráter assistencialista, mas no decorrer do processo histórico muitas mudanças ocorreram através da aprovação das legislações acima citadas e com os vários documentos lançados pelo MEC deram grande suporte para o fortalecimento da Educação Infantil, dentre eles citamos os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil –Resolução CNE/CEB nº 05/09. Hoje elas possuem uma função educacional que vem complementar o trabalho da família e da comunidade a qual a crianças está inserida e deve haver uma integração entre escola/família na busca do pleno desenvolvimento da criança. O desenvolvimento integral da criança deve ser necessariamente compartilhado com a família, e deve-se considerar as formas como as crianças nesse momento de suas vidas vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares.

Atualmente esta em tramitação a Base Nacional Comum (BNC) e os objetivos de aprendizagem para a Educação Infantil nesta Base é apresentado por “campos de experiências” potencializando as relações das crianças com múltiplas linguagens e conhecimentos de forma interdisciplinar. É mais um documento que busca romper com o modelo assistencialista e escolarizante.

Assim a Educação Infantil tem tido grandes avanços diante da legislação nacional que vem fortalecendo esse seguimento e levando-nos a refletir o processo ensino aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança.

3-A CRIANÇA E AS PRÁTICAS DO BRINCAR

Brincar, segundo o dicionário Aurélio (2003), é "divertir-se, recrear-se, entreter-se, distrair-se, folgar", também pode ser "entreter-se com jogos infantis", ou seja, brincar é algo muito presente nas nossas vidas, ou pelo menos deveria ser.

Segundo Friedmann (2012) o brincar já existia na vida dos seres humanos bem antes das primeiras pesquisas sobre o assunto: desde a Antiguidade e ao longo do tempo histórico, nas diversas regiões geográficas, há evidências de que o homem sempre brincou. Mas, talvez, em decorrência da diminuição do espaço físico e temporal destinado a essa atividade, provocada pelo aparecimento das instituições escolares, pelo incremento da indústria de brinquedos e pela influência da televisão, de toda a mídia eletrônica e das redes sociais, tenha começado a existir uma preocupação com a diminuição do brincar e a surgir um movimento pelo seu resgate na vida das crianças e pela necessidade de demonstrar sua importância em estudos e pesquisas.

Quem nunca brincou quando criança? Difícil encontrar alguém que responda negativamente essa pergunta. Jogos e brincadeiras (esconde-esconde, pular corda, pega-pega, futebol, brincar de casinha, jogos eletrônicos, entre outras) são práticas culturais que permeiam o cotidiano de muitas crianças e adolescentes: quem não se lembra das brincadeiras da infância ou dos jogos da adolescência. Quando adultos, nada mais fazemos do que trocar as brincadeiras da infância por outras atividades, coerentes com essa nova realidade como os esportes, mas que preservam na essência o caráter lúdico. (Sommerhalder, 2011, p.11)

Para Sommerhalder (2011) criança e brincadeira fazem, sem dúvida, uma combinação perfeita. É difícil pensarmos em uma criança que não goste de brincar, de deixar-se envolver pela imaginação, pela fantasia, vivendo personagens dos mais variados tipos – bombeiros, médicos, super-heróis, viajante de outros mundos, guerreiros interestelares, pai e mãe etc – inventando, criando tal como o ‘Professor Parda’.

Por isso, Freud (1968) apud Sommerhalder (2011) nos diz que a ocupação preferida e mais imensa da criança é o brincar. Elas entregam-se às suas brincadeiras, aos seus jogos, às suas histórias, com vigorosa seriedade. Com rara facilidade se põe a brincar e a jogar, a contar e a ouvir uma história, constituindo um cenário imaginário em que cria e representa diferentes personagens, vive as mais

fantásticas aventuras, inventa, constrói e destrói, conhece (-se). Faz de seu corpo um versátil brinquedo com o qual explora a realidade. No 'como se', disfarça-se passa a ser, ao menos naquele momento, quem não é.

Segundo Oliveira (2000) o brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida. Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

Vygotsky (1998), um dos representantes mais importantes da psicologia histórico-cultural, partiu do princípio que o sujeito se constitui nas relações com os outros, por meio de atividades caracteristicamente humanas, que são mediadas por ferramentas técnicas e semióticas. Nesta perspectiva, a brincadeira infantil assume uma posição privilegiada para a análise do processo de constituição do sujeito, rompendo com a visão tradicional de que ela é uma atividade natural de satisfação de instintos infantis. Ainda, o autor refere-se à brincadeira como uma maneira de expressão e apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis dos adultos. A capacidade para imaginar, fazer planos, apropriar-se de novos conhecimentos surge, nas crianças, através do brincar. A criança por intermédio da brincadeira, das atividades lúdicas, atua, mesmo que simbolicamente, nas diferentes situações vividas pelo ser humano, reelaborando sentimentos, conhecimentos, significados e atitudes.

Desta forma temos várias razões para estimular o brincar, pois sabemos que é extremamente importante para o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social da criança. É brincando que a criança expressa vontades e desejos construídos ao longo de sua vida, e quanto mais oportunidades a criança tiver de brincar mais fácil será o seu desenvolvimento. Segundo Carneiro e Dodge (2007, pág. 59), "... o movimento é, sobretudo para criança pequena, uma forma de expressão e mostra a relação existente entre ação, pensamento e linguagem". A criança consegue lidar com situações novas e inesperadas, e age de maneira independente, e consegue enxergar e entender o mundo fora do seu cotidiano.

Sabemos que o brincar é um direito da criança, como apresentado na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta no Capítulo II, Art. 16º, Inciso IV, que toda criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.

Segundo Friedmann (2012) as crianças são seres integrais, embora não seja dessa forma que elas têm sido consideradas na maior parte das escolas, uma vez que as atividades propostas são estruturadas de modo compartimentado: há uma hora determinada para trabalhar a coordenação motora, outra para as expressões plásticas, outra para o corpo, outra para desenvolver o raciocínio, outra para a linguagem, outra para brincar sob a orientação do educador, outra para a brincadeira não direcionada, e assim por diante. Essa segmentação não vai ao encontro da formação da personalidade integral das crianças nem de suas necessidades. Os indivíduos precisam construir sua própria personalidade e inteligência. Tanto o conhecimento quanto o senso moral são elaborados pelas crianças em interação com o meio físico e social, passando por um processo de desenvolvimento.

Pode-se afirmar que o Brincar; “é de fundamental importância para a aprendizagem da criança por que é através dela que a criança aprende, gradualmente desenvolve conceitos de relacionamento casuais ou sociais, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar e sintetizar, de imaginar e formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras” (SANTIN, 2001, p.523), ou ainda simplificada nas seguintes palavras de Ferreiro (1988), Brincar “é divertir-se e entreter-se infinitamente em jogos de criança” Lúdico - “que tem caráter de jogos, de aprender brinquedo e divertimento; é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana” (FERREIRO, 1988, p.139 apud SOUZA).

O ato de brincar não é somente “o brincar por brincar”, mas sim o que ela representa para quem brinca. O brincar está em uma dimensão valorizada no desenvolvimento do aprender, abrangendo crianças e adultos, elevando-os a patamares ainda maiores pelo brincar e representando a necessidade de conhecer, construir e de se descontraír, em um mundo real ou simbólico cheio de momentos maravilhosos que só acontece através do brincar. Para Huizinga (1999) apud Souza, o jogo, o brincar, deve ter caráter de liberdade para as crianças irem muito além das suas fantasias, deve ser uma atividade voluntária e quando imposta deixa de ser uma brincadeira ou um jogo, ou do faz de conta. É na brincadeira que as crianças

aprendem como os outros pensam e agem, descobrindo assim uma forma mais rápida para a troca de ideias e o respeito pelo outro. Enquanto aprendem brincando também ensinam algo de sua vivência, resultando na interação do aprender e ensinar a dividir os outros.

Discorrendo sobre o brincar Craidy e Kaercher (2001) afirmam que a criança vê o mundo através do brinquedo e que sempre existiram formas, jeitos e instrumentos para brincar. As brincadeiras se perpetuam e se renovam a cada geração carregando os traços característicos de cada uma. Elas continuam ressaltando: [...] A criança expressa-se pelo ato lúdico e é através desse ato que a infância carrega consigo as brincadeiras. Elas perpetuam e renovam a cultura infantil, desenvolvendo formas de convivência social, modificando-se e recebendo novos conteúdos, a fim de se renovar a cada geração. É pelo brincar e repetir a brincadeira que a criança saboreia a vitória da aquisição de um novo saber fazer, incorporando-o a cada novo brincar. (2001,p.103)

Desgualdo (2008) escrevendo sobre a importância do brincar na educação infantil descreve como o lúdico interfere no desenvolvimento da criança. Ela afirma que tantas mudanças tecnológicas trouxeram uma grande confusão na cabeça das crianças a respeito do que é brincar. Muitas abandonaram as velhas brincadeiras de rua e se entregaram as magias dos jogos eletrônicos, mas a escola pode resgatar estas brincadeiras com projetos sociais ou culturais.

4-O BRINCAR E A ESCOLA

O brincar tem a função socializadora e integradora, Silva (2009) fala que a sociedade moderna cada vez mais tem sofrido transformações em relação ao brincar e ao espaço que se tem para brincar, os pais e os filhos têm pouco tempo para ficarem juntos e brincar. A escola acaba sendo a única fonte transmissora de cultura, onde ainda existem espaços para as crianças brincarem, tendo os profissionais de educação à incumbência de ensinar e resgatar as brincadeiras populares, mas não só isso, como também o jogo deve fazer parte do cotidiano das crianças, e seria usado como uma nova forma de transmitir conhecimento, pois a atividade lúdica é benéfica ao aprendizado.

Piaget (1976) apud Desgualdo (2008) diz que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança. Estas não são apenas uma forma

de desafogo ou entretenimento para gastar energia das crianças, mas meios que contribuem e enriquecem o desenvolvimento intelectual. Ele afirma:

"O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação da real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil". (Piaget 1976, p.160).

De acordo com Kishimoto (1997) o jogo é considerado uma atividade lúdica que tem valor educacional, a utilização do mesmo no ambiente escolar traz muitas vantagens para o processo de ensino aprendizagem, o jogo é um impulso natural da criança funcionando, como um grande motivador, é através do jogo obtém prazer e realiza um esforço espontâneo e voluntário para atingir o objetivo, o jogo mobiliza esquemas mentais, e estimula o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, integra várias dimensões da personalidade, afetiva, social, motora e cognitiva.

Segundo Friedmann (2012) a principal preocupação da educação deveria ser a de propiciar a todas as crianças um desenvolvimento integral e dinâmico. É importante que os conteúdos correspondam aos conhecimentos gerais das crianças, a seus interesses e necessidades, além de desafiar sua inteligência.

Para que a prática da brincadeira se torne uma realidade na escola, é preciso mudar a visão dos estabelecimentos a respeito dessa ação e a maneira como entendem o currículo. Isso demanda uma transformação que necessita de um corpo docente capacitado e adequadamente instruído para refletir e alterar suas práticas. Envolve, para tanto, uma mudança de postura e disposição para muito trabalho. (CARNEIRO e DODGE, 2007, p.91)

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimentos das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL, 1998, p. 23, v.01)

Segundo Kramer as crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância. (2007, p.15)

A referida autora ressalta que atualmente vivemos um grande paradoxo: por um lado, temos um vasto e complexo conhecimento teórico sobre a infância, mas por outro, encontramos dificuldades para lidar com populações infantis. E aponta também uma questão que tem inquietado alguns pensadores: estará a infância desaparecendo?

A escola como propulsora de conhecimento deverá fortalecer a infância em seu cotidiano, estimulando e valorizando o brincar, os jogos, as brincadeiras e toda atividade lúdica dentro do seu currículo, adquirindo brinquedos, fortalecendo as ações do brincar. Para isso segundo Kishimoto (1997) apud Silva (2015), os brinquedos devem ser comprados de acordo com a idade, a capacidade e a área de interesse da criança. O mesmo classifica os brinquedos em:

Brinquedos de berço: móveis, chocalhos, bichinhos de plástico, brinquedos para olhar, ou ouvir, pegar e morder são valiosos para estimulação sensorial e motora da criança. A presença destes pequenos objetos no universo da criança, chamando sua atenção e despertando seus sentidos é uma contribuição importante para seu desenvolvimento.

Brinquedos ou brincadeiras do faz-de-conta: funcionam como elementos introdutórios e de apoio à fantasia, e facilitam o processo de simbolização e proporcionam experiências que, além de aumentarem o repertório de conhecimento da criança favorecem a compreensão de atribuições e de papéis. O faz-de-conta da oportunidade para expressão e elaboração em forma simbólica de desejos e conflitos; quanto mais rica for à fantasia e a imaginação da criança maiores serão suas chances de ajustamento do mundo ao seu redor. Como por exemplo: bonecas, fantoches, carrinho, mobília infantil e outros. (kishimoto, 1997.p.39 e 40).

Brinquedo pedagógico ou jogo: diz-se brinquedo pedagógico aquele com objetivo de proporcionar determinadas aprendizagens, tais como cores, formas geométricas, etc. Usar o jogo na educação infantil significa transportar para o campo do ensino aprendizagem condições para facilitar a construção do conhecimento, introduzindo as propriedades do lúdico, do prazer e a capacidade de ação motivadora. (Kishimoto, 1997. p,83)

Brinquedo de construção: servem para enriquecer a experiência social, estimulando a criatividade e desenvolvendo habilidades na criança. Para se compreender a relevância das construções é necessário considerar tanto a fala como a ação da criança e também considerar as ideias presentes em tais representações, como elas adquirem tais termos e como o mundo real contribui para a sua construção. (Kishimoto, 1997. p. 40).

Brincadeiras tradicionais: considerada como parte da cultura popular por ser um elemento folclórico, a brincadeira infantil assume características no anonimato e tradicionalidade. Seus criadores são anônimos. Sabe-se apenas, que provem de práticas abandonadas por adultos, de fragmentos de romances, poesias, mitos e rituais religiosos. Enquanto manifestações livres e espontâneas da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convivências sociais e permitir o prazer do brincar. (Kishimoto, 1997.p. 38).

Brincadeiras livres: Estas atividades devem fazer parte da programação diária de todos os grupos de crianças, desde o berçário até a turma dos maiores. Cabe ao professor organizar espaços e momentos para que as crianças livremente explorem o ambiente e escolham suas brincadeiras específicas, mas é sempre interessante que o professor intervenha na coordenação das brincadeiras quando assim for necessário e integre-se como participante. (Montessori, 2015, apud Silva, 2015)

Brincadeiras dirigidas: são aquelas que a professora realiza com uma ou poucas crianças, procurando chamar a atenção para algum elemento novo do ambiente, como uma figura, uma brincadeira com som, etc. No momento em que as crianças aprendem a andar é relevante realizar passeio pela Escola. O professor deve coordenar inúmeras atividades com as crianças conforma as idades, tais como: contar histórias, ensinar músicas e brincadeiras de roda, brincar de esconde-esconde. O interessante é propor atividades à criança e deixá-la segura para

escolher a forma de participar. Isso significa respeitar seu ritmo, confiar na criança, na sua capacitação de ação e na liberdade que tem para expressar seus sentimentos. (Montessori, 2015, apud Silva, 2015)

Assim de acordo com a etapa e o seguimento a escola deve propiciar as crianças acesso a esses bens culturais que não devem morrer e nem se perder nesse mundo tecnológico a qual as crianças estão inseridas.

5-O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR

A passagem da criança de seu núcleo familiar para a escola de Educação Infantil é um marco no seu desenvolvimento. Não apenas porque isso lhe permitira alargar seus relacionamentos e aprender a viver em grupo, mas principalmente porque entrará em contato com novas situações, será estimulada a pensar e a se posicionar afetivamente em relação a determinados conhecimentos, e isso é condição para uma importante evolução da linguagem e do pensamento. Acompanhar esse processo e alimentá-lo é o principal objetivo do planejamento do professor. (Oliveira, 2012, p.194)

O brincar, na perspectiva dos professores, segundo o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI* (BRASIL, 1988) refere-se ao papel do professor de estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças, disponibilizando objetos, fantasias, brinquedos ou jogos e possibilitando espaço e tempo para brincar.

Para Zana (2013) faz-se necessária uma breve consideração dos termos brincadeira, brinquedo e jogo, pois existe muita confusão em relação a esses termos. Em alguns contextos, são usados como sinônimos. Mas, segundo Dallabona (2004), brincadeira basicamente se refere à ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada; jogo é compreendido como uma brincadeira que envolve regras; brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar; já a atividade lúdica abrange, de forma mais ampla, os conceitos anteriores (p. 3).

O professor precisa ter claro esse conceito para que possa articular o lúdico com as situações de aprendizagem. Um primeiro passo é adequar o tipo de atividade ao conteúdo, tempo de aula e características da turma. Ele pode “lançar mão” da brincadeira, priorizando o aspecto da espontaneidade, ou o jogo com

regras. Tudo depende dos objetivos estabelecidos. O professor precisa ter cuidado para não “ficar preso” demais aos objetivos pedagógicos. Isso pode resultar numa condução excessiva da brincadeira, na inibição da criatividade e da liberdade da criança e, por fim, na descaracterização do elemento lúdico empregado. (ZANA, 2013)

As brincadeiras a serem desenvolvidas com crianças precisam estar de acordo com a zona de desenvolvimento em que elas se encontram. Isso possibilita maior eficácia na construção da aprendizagem. Uma brincadeira ou um jogo raramente são praticados individualmente, e é nessa troca presente na situação de brincar que se promove o crescimento.

Para Freire (1997), a melhor forma de construir sua aprendizagem é brincando, pois é na brincadeira que a criança faz suas descobertas e vivencia situações de aprendizagem com prazer. Brincando que a criança vai se tornar um adulto criativo, um adulto competente, querendo ou não. Quando ele chegar à fase adulta, por exemplo, um bebê que não passe pela fase de engatinhar, que também faz parte do processo de brincar, não vai ter um processo de grafia boa. A criança que não simboliza na hora de brincar, na educação infantil vai ter dificuldades com a leitura. Então, várias coisas que aparecem dentro do brincar são a base para novos aprendizados posteriormente.

Segundo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil o trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação. (V. 1-1998, p, 41)

Neste sentido, a presença do educador nas atividades e brincadeiras deve aproveitar estas circunstâncias para observar as crianças, perceber seus interesses e, sempre que possível, lançar lhes novos desafios. O educador deve ser uma

pessoa criativa e deve incentivar a criatividade, propor a curiosidade da criança pelo que envolve o mundo que a cerca e encorajá-la a expressar-se espontaneamente.

O desenvolvimento da criança e seu conseqüente aprendizado ocorrem quando participa ativamente, seja discutindo as regras do jogo, seja propondo soluções para resolvê-los. É de extrema importância que o professor também participe e que proponha desafios em busca de uma solução e de participação coletiva, o papel do educador neste caso será de incentivador da atividade. A intervenção do professor é necessária e conveniente no processo de ensino-aprendizagem, além da interação social, ser indispensável para o desenvolvimento do conhecimento. (KISHIMOTO, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança é um sujeito social e histórico, que vivencia e se expressa de acordo com a sociedade em que está inserida. Muitos são os desafios que a educação precisa enfrentar e um deles é fazer com que a criança seja reconhecida como sujeito de direitos, cidadã. É necessário assegurar à criança condições para o seu desenvolvimento, não só na letra da lei, mas no plano concreto e real onde o direito de brincar seja legitimamente reconhecido assim como o seu tempo e o seu espaço sejam respeitados e ganhem também sua devida importância.

Nesse artigo, buscamos aprofundar nossos conhecimentos sobre o brincar e foi possível perceber que o brincar é essencial no desenvolvimento cognitivo e em todos os aspectos da criança.

Baseado nos autores citados pode-se dizer que o jogo, o brinquedo e a brincadeira representam formas singulares onde as crianças passam a compreender o mundo, experimenta emoções e elabora várias experiências, aprende a respeitar regras e limites e a conviver com o outro. Nesse sentido a escola de Educação Infantil precisa inserir em seu cotidiano e principalmente em seu currículo práticas do brincar. Pois quanto maior for a qualidade do brincar maior será o desenvolvimento cognitivo.

O brincar é o caminho da aprendizagem na infância e os professores devem ser os primeiros profissionais na sociedade a reconhecer a brincadeira como um

direito da criança, valorizando a liberdade de aprender pelo mecanismo mais simples e mais eficiente: a brincadeira. Para atingir esse objetivo, ele deve conscientizar-se de que necessita realizar estudos e pesquisas sobre temas relativos à aprendizagem, buscar e testar novas estratégias de ensino que atendam adequadamente à necessidade de formação do aluno.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado,1998.

BRASIL. **ESTATUTO da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13/07/1990. Brasília, DF: Senado, 1990.

_____, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9394/96. Brasília;1996.

_____, **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Brasília-DF, Vol. 1, 1998.

CARNEIRO, Maria Ângela Barbato e DODGE, Janine J. **A descoberta do brincar**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2007.

CRAIDY, Maria Carmem; KAERCHER; Gládis Elise (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3.ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: teoria e práticas da educação**. São Paulo: Scipione, 1997.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil**. 1.ed. – São Paulo: Moderna, 2012.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez,1995.

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade.** In: **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/** organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Rangel, Aricélia Ribeiro do Nascimento – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de.(org.) **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Biruta, 2012.

SOMMERHALDER, Aline. (et.al) **Jogo e a educação da infância: muito prazer em aprender.** 1. ed.-Curitiba,PR: CRV,2011.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SITES:

DESGUALDO, Marianna. **A importância do Brincar no desenvolvimento da criança.** (2008)

http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-brincar-no_desenvolvimento-da-crianca/4448/

PASCHOAL, Jaqueline Delgado (et. at) **A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009 - ISSN: 1676-2584.
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf

SILVA, Aline Fernandes Felix da. SANTOS, Ellen Costa Machado dos. **A importância do brincar na educação infantil. UFRRJ – 2009.**
http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/desafioscotidianos/arquivos/integra/integra_SILVA%20e%20SANTOS.pdf (acessado em 08/09/2016)

SILVA, Maria Lúcia da. **A importância do lúdico na Educação Infantil.** (2015)
<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com.br/2015/06/a-importancia-do-ludico-na-educacao.html>. (acessado em 09/09/2016)

SOUZA,Cláudia Flôr de. **A importância do brincar e do aprender das crianças na educação infantil.** http://facsapaulo.edu.br/media/files/58/58_161.pdf

ZANA, Augusta. (coord.). **O brincar em sala de aula a partir da perspectiva do professor.** Publicado em 15 de janeiro de 2013.
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0369.html> (acessado em 09/09/2016)

